

SGFIR **BALANÇO ATIVIDADES**

1 jan a 30 jun 2026

Julho 2026



AGIF

AGÊNCIA PARA A
GESTÃO INTEGRADA
DE FOGOS RURAIS

ATUALIZAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE AÇÃO | 1 jan a 30 jun 2026

Ficha técnica:

Entidades participantes: Entidades com intervenção no SGIFR (RCM n.º 45-A/2020) e responsabilidades no Programa Nacional de Ação (RCM n.º 71-A/2021)

Fonte dos dados: Plataforma de Monitorização SGIFR – www.pm.gov.sgifr.pt

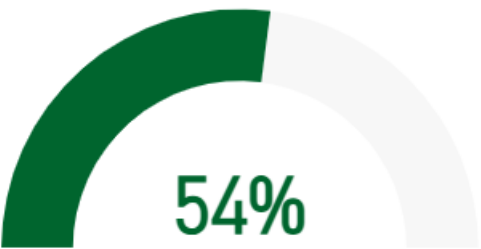
Período de referência: O reporte apresenta os dados entre o período de 1 janeiro a 30 junho 2026

Compilação dos dados, conceção, elaboração e edição: Planeamento & Controlo AGIF

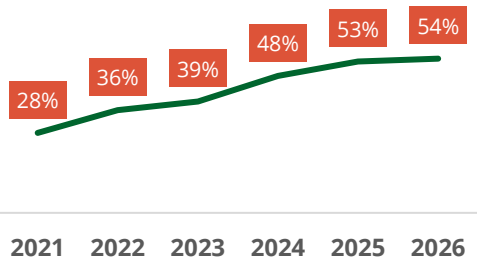
ATUALIZAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE AÇÃO | 1 jan a 30 jun 2026

- A implementação do PNA encontra-se executada em 54%* (+1 p.p. face a dez 2025) com o melhor desempenho a verificar-se no eixo “Cuidar dos Espaços Rurais”, existindo globalmente 202 iniciativas já concluídas (+4 face dez 2025).

Progresso Implementação PNA 2020-2030



Evolução anual da Implementação PNA



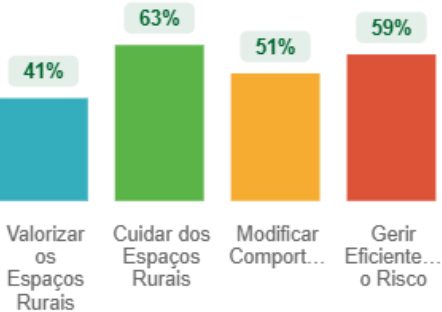
Nº Iniciativas PNA por Estado



Resumo Iniciativas



Progresso Implementação PNA por OE



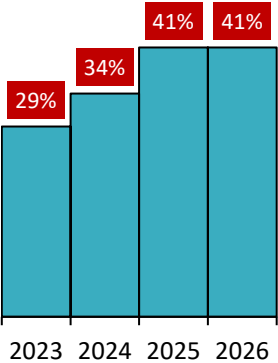
- 7 de 97 projetos concluídos;
- 638 iniciativas inscritas, das quais 32% concluídas, 21% com início atrasado, e 13% com conclusão atrasada.

*média do nível de progresso das iniciativas reportado pelas entidades responsáveis na plataforma de monitorização

EVOLUÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO* PNA POR ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA E PROGRAMA

VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

Progresso (%)

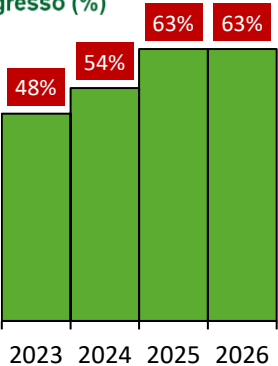


Execução 2020-30 em 41%, sem progressos significativos reportados face ao final de 2025. Os projetos ao nível da Mobilizar o potencial económico dos recursos endógenos, inovação e melhoria da competitividade das empresas do setor florestal e alargar incentivos à valorização do território são os que mais condicionam a implementação.

Programa	2023	2024	2025	2026	26 vs 25
1.1.1 Informação Temática de Suporte	23%	29%	70%	70%	-
1.1.2 Cadastro da propriedade	58%	59%	94%	95%	+1 pp
1.1.3 Redimensionamento da propriedade rústica	58%	65%	58%	58%	-
1.2.1 Aumentar a área com gestão integrada	28%	34%	37%	37%	-
1.2.2 Mobilizar o potencial económico dos recursos endógenos	37%	37%	37%	37%	-
1.2.3 Fomentar a inovação e melhoria da competitividade das empresas do setor florestal	4%	4%	4%	4%	-
1.3.1 Alargar incentivos à valorização do território	0%	0%	0%	0%	-

CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

Progresso (%)



Execução 2020-30 em 63%, sem progressos significativos reportados face ao final de 2025. Os projetos ao nível da alteração do processo de reaproveitamento de sobrantes, e no apoio à implementação dos programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas são os que mais condicionam a implementação.

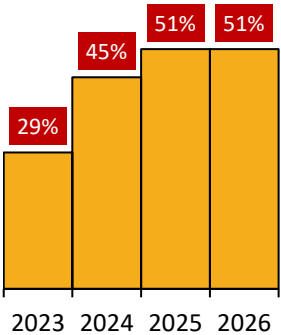
Programa	2023	2024	2025	2026	26 vs 25
2.1.1 Reconverter a paisagem	52%	62%	78%	78%	-
2.2.1 Executar o programa plurianual de gestão de combustível	49%	55%	67%	67%	-
2.2.2 Alterar o processo de eliminação e promover o reaproveitamento de sobrantes	34%	34%	34%	34%	-
2.3.1 Apoiar a implementação dos programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas	49%	51%	45%	45%	-

*média do nível de progresso das iniciativas reportado pelas entidades responsáveis na plataforma de monitorização

EVOLUÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO* PNA POR ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA E PROGRAMA

MODIFICAR
COMPORTAMENTOS

Progresso (%)

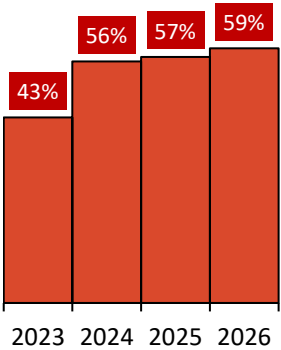


Execução 20-30 em 51%, sem progressos significativos reportados face ao final de 2025, os projetos ao nível das práticas educativas para o risco continuam com o menor nível de implementação.

Programa	2023	2024	2025	2026	26 vs 25
3.1.1 Reduzir o número e o risco das queimas e queimadas	51%	59%	59%	70%	-
3.1.2 Reforçar a capacidade de vigilância e dissuasão	29%	51%	51%	51%	-
3.1.3 Rever o enquadramento jurídico para os comportamentos de risco	12%	48%	44%	44%	-
3.2.1 Comunicar para o risco: Portugal Chama	27%	36%	47%	47%	-
3.2.2 Orientar práticas educativas para o risco	0%	13%	29%	29%	-

GERIR O RISCO
EFICIENTEMENTE

Progresso (%)



Execução 20-30 em 59%, progresso de 2% face a 2025, destacando-se os avanços mais significativos na implementação do Programa de Qualificação dos agentes do SGIFR e na orçamentação do sistema com uma visão integrada, as atividades de intercâmbio internacional continuam com o menor nível de implementação

Programa	2023	2024	2025	2025	25 vs 24
4.1.1 Especializar a análise de risco	42%	55%	59%	60%	+1 pp ↑
4.1.2 Implementar o planeamento	50%	60%	60%	62%	+ 2pp ↑
4.1.3 Orçamentar Sistema com uma visão integrada	44%	53%	53%	56%	+ 3pp ↑
4.2.1 Reforçar as competências de governança do risco	45%	53%	49%	49%	-
4.2.2 Implementar um sistema de melhoria contínua	37%	47%	47%	47%	-
4.2.3 Definir políticas de acordo com o enquadramento supranacional	70%	72%	86%	86%	-
4.2.4 Desenvolver Sistemas de informação e comunicação integrados	21%	37%	42%	45%	+2pp ↑
4.3.1 Implementação de melhorias organizacionais	72%	83%	82%	82%	-
4.3.2 Gestão eficiente das ocorrências	21%	53%	53%	53%	-
4.4.1 Implementar o programa nacional de qualificação dos agentes SGFIR	42%	60%	64%	71%	+7 pp ↑
4.4.2 Programa de intercâmbio de peritos internacionais	21%	24%	24%	24%	⚠
4.4.3 Gestão do conhecimento	39%	45%	46%	46%	-

*média do nível de progresso das iniciativas reportado pelas entidades responsáveis na plataforma de monitorização

PRINCIPAIS ATUALIZAÇÕES POR ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA, PROGRAMA E PROJETO

1 JAN A 30 JUN 2026

Ficha técnica:

Entidades participantes: Entidades com intervenção no SGIFR (RCM n.º 45-A/2020) e responsabilidades no Programa Nacional de Ação (RCM n.º 71-A/2021)

Fonte dos dados: Plataforma de Monitorização SGIFR – www.pm.gov.sgifr.pt

Período de referência: O reporte apresenta os dados até ao final do 2º trimestre de 2026, e foram recolhidos até 27 de julho de 2026

Compilação dos dados, conceção, elaboração e edição: Planeamento & Controlo AGIF



1.1.1 Informação Temática de Suporte

- **1.1.1.1 Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS) (DGT)** Concluída e produção da Carta de Interface de Áreas Edificadas e CIAE pré-verão; Concluída a cobertura de Ortofotos de 2025. Em execução a produção da Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2025; COSc2025 e COSc pré-verão publicadas.
- **1.1.1.2 Inventário Florestal Nacional (ICNF)** Durante o 1º semestre de 2026, decorreram as tramitações administrativas para aquisição de serviços externos ao ICNF para o processamento dos dados do IFN7. Em 29 de Maio foi celebrado contrato com a Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia (ADISA).

1.1.2 Cadastro da propriedade | Sem reporte de atualizações

- **1.1.2.2 Sistema de informação Cadastral Simplificada (eBUPi)** "O BUPi no acumulado de 1º e 2.º trimestre de 2026, finalizou mais de 327 mil RGG, tendo acima de 70 mil cidadãos identificado propriedades. Ao todo, contabiliza-se, agora, cerca de 3,515 milhões de propriedades/matrizes identificadas, e supera-se já 533 mil cidadãos que identificaram propriedades em 158 municípios aderentes ao BUPi. Ainda no acumulado de 1º e 2º trimestre de 2026 continuam as tarefas inerentes às interoperabilidades associadas às diversas entidades envolvidas (IRN, AT, DGT). Realizaram-se 14 sessões de formação a Técnicos Habilitados e de Cadastro Predial e sessões de esclarecimento e formações com a OA(2), OSAE(2), Centro de Estudos Judiciários(1) e Associações Florestais(1). CAP e CINFAGRI (2 teóricas e 2 práticas)."

1.1.3 Redimensionamento da Propriedade Rustica | Sem reporte atualizações ou atividades desenvolvidas

1.2.1 Aumentar a área com gestão integrada

- **1.2.1.1 Gestão agregada de territórios rurais (ICNF)** Novas Unidades de Gestão Florestal (UGF) com aumento de 1 579 ha em gestão agregada.
- **1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) (DGT)** A Resolução do Conselho de Ministros n.º 81-A/2026, de 15 de maio aprovou os 20 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem previstos no PNA: PRGP da Serra da Malcata; PRGP das Serras do Marão, Alvão e Falperra; PRGP do Alto Douro e Baixo Sabor; PRGP das Serras da Lousã e Açor; PRGP de Entre Minho e Lima; PRGP de Alva e Mondego; PRGP de Montes Ocidentais e Beira Alta; PRGP das Serras da Gardunha, Alvelos e Moradal; PRGP da Serra do Caldeirão; PRGP da Serra da Estrela; PRGP das Serras da Freita, Arada e Baixo Paiva; PRGP das Serras de Leomil, Lapa e Alto Penedono; PRGP da Serra da Cabreira e Serras do Larouco e Barroso; PRGP da Terra Fria Transmontana; PRGP do Planalto da Beira Transmontana; PRGP das Serras da Monchique e Silves; e PRGP do Pinhal Interior Sul. A aprovação dos PRGP deu início à fase de implementação.



1.2.2 Mobilizar o potencial económico dos recursos endógenos

- **1.2.2.4 Modelo de financiamento Multifundos (AG PEPAC)** Pagos 1,5 M€ dos quais se destaca 835 m€ através da Operação 8.1.5 - Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas (Investimentos que prevejam a reconversão de povoamentos), e cerca 500k€ pela Operação 8.1.4 - Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos (Aviso PDR2020-814-022)
- **1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural (AG PEPAC)** Pagos 24 M€ em incentivos, via PEPAC, destacando-se as verbas mais significativas, 15 M através da medida C.2.2.1 - Prémio instalação jovens agricultores em territórios vulneráveis e C.2.2.2 Investimento produtivo jovens agricultores e 5 M através da medida C.2.1.2 - Investimento agrícola para melhoria do desempenho ambiental
- **1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais (AG PEPAC)** Pagos 6M€ em incentivos, via PEPAC, através da medida C.1.1.6 – Apoio à apicultura para a Biodiversidade - Valorização e promoção da atividade apícola enquanto atividade essencial para os ecossistemas e de valor económico relevante para os territórios

1.2.3 Fomentar a inovação e melhoria da competitividade das empresas do setor florestal | Sem reporte atualizações ou atividades desenvolvidas

1.3.1 Alargar incentivos à valorização do território | Sem reporte atualizações ou atividades desenvolvidas

2.1.1 Reconverter a paisagem

- 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) (DGT) Publicado Decreto-Lei n.º 76/2026, de 9 de março. Alteração do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, que estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem. (ICNF) Foram criadas 26 AIGP "2.0" em Portugal, em 2026, na sequência da tempestade Kristin, através dos Despachos n.º 4631-A/2026 e n.º 6522/2026 publicados no Diário da República.
- 2.1.1.3 Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas (ICNF) Até 15 de julho de 2026, registaram-se 4 incêndios com área ardida superior a 500 ha, num total de 15 013ha, estando em preparação os respetivos REE.

2.2.1 Executar o programa plurianual de gestão de combustível

Intervenção	Responsável	Meta (ha) 2026	Executado (ha) 2026	% execução
Rede primária	ICNF	12 000	4 847	40%
Fogo controlado (ha)	ICNF	s/info	1 874	-
Mosaicos de gestão estratégica de combustível (ha)	ICNF	60 000	1 767	3%
Pastoreio extensivo	ICNF	s/info	s/info	-
Áreas de elevado valor	ICNF	As intervenções dentro das áreas de maior valor são reportadas noutros projetos, e.g., rede primária, mosaicos, fogo controlado, etc. reformular a bateria de indicadores		

(ICNF) Reportados pelo ICNF, 198 km de Construção ou beneficiação de caminhos da rede viária florestal (km), 5 % da meta prevista para 2026 (4000 km).

Intervenção Rede Secundária	Responsável	Meta (ha) 2026	Executado (ha) 2026	% execução
FGC da Rede Rodoviária - Jurisdição IP - Corte seletivo na FGC adjacente à via rodoviária e em volta do edificado e aglomerados;	IP	3 450	868	25%
FGC da Rede Rodoviária - Jurisdição IP - Ceifa na FGC adjacente à via rodoviária e em volta do edificado (ha)	IP	3 100	1 808	58%
FGC da Rede Rodoviária - Subconcessões IP - Plena Via + Edificado e Aglomerado (ha)	IP	1 984	1 984	100%
Rede Ferroviária - Controlo da vegetação (2 a 5 metros) e desmatação do edificado.	IP	1 846	1 726	93%
FGC da Rede Ferroviária - IP - Deservagem química - campanha primavera (tratamento até aos 2 metros) (ha)	IP	1 765	1 752	99%
FGC da Rede Ferroviária - IP - Gestão da faixa de combustível PMDFCI (5 a 10 metros) (ha)	IP	931	541	58%
Área realizada Proteção FGC da Rede Rodoviária - Concessões IMT - Edificados - Habitações (ha)	IMT	s/info	s/info	s/info
Área realizada de gestão de combustível na Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (RND)	E-Redes	17 977	12 122	67%

Fiscalização da Gestão Combustível: (GNR) Sem reporte atualizações ou atividades desenvolvidas

2.2.2 Alterar o processo de eliminação e promover o reaproveitamento de sobrantes | Sem reporte atualizações ou atividades desenvolvidas

2.3.1 Apoiar a implementação dos programas de autoproteção de pessoas e infraestruturas

2.3.1.1. Fiscalização gestão combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas: (GNR) Sem informação

2.3.1.4 Aldeia Segura Pessoas Seguras: (ANEPC) 2 435 aglomerados abrangidos pelo programa (+49 do que em 2025). Dada continuidade à implementação dos Programas, apoiando as ações desenvolvidas localmente pelos municípios e freguesias.

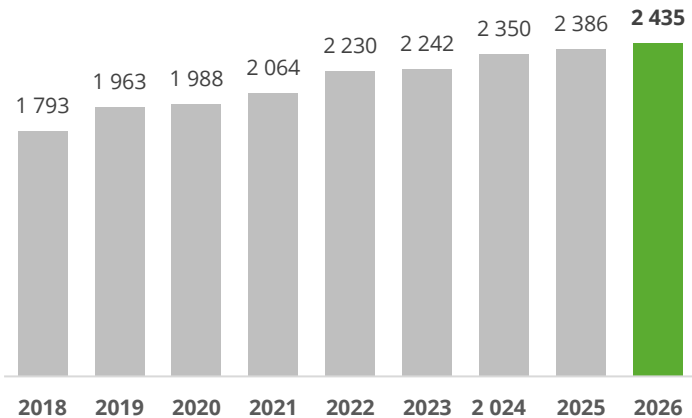


Figura - Evolução do n.º aglomerados envolvidos AS PS (Fonte: Reporte ANEPC)

Programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”	Acumulado ‘18 - ‘26
Aglomerados envolvidos	2 435
Oficial de segurança designados	2 280
Simulacros realizados	735
Locais de abrigo/refúgio identificados	3 158
Planos de evacuação elaborados	1057



3.1.1 Reduzir o número e o risco das queimas e queimadas

- **3.1.1.1 Regulamentar e promover o uso do fogo (ICNF)** Em reapreciação o regulamento do fogo técnico para ajustamento à evolução regulamentar e novas orientações;
- **3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas (ICNF)** Plataforma Queimas e Queimadas: 1 037 295 pedidos de autorização para a realização de queimas e queimadas dos quais 95% foram autorizadas; 82 003 chamadas atendidas Linha de Apoio SOS Ambiente (opção 3)
- **3.1.1.3 Mecanismo de Apoio à realização de Queimadas (ICNF)** 799 queimadas apoiadas, num total de 1 998 ha

3.1.2 Reforçar a capacidade de vigilância e dissuasão | Sem reporte atualizações ou atividades desenvolvidas

3.1.3 Rever o enquadramento jurídico para os comportamentos de risco

- **3.1.3.1 Enquadramento jurídico em regime penal (Min. Justiça)** Aprovada na generalidade na Assembleia da república a Lei-Quadro de Política Criminal, que define os objetivos, as prioridades e as orientações da política criminal para o biénio de 2025-2027, na qual é dado especial destaque ao crime de incêndios florestais, tanto com crime de prevenção prioritária como de investigação prioritária, sendo introduzidas significativas alterações, face ao biénio anterior, alusivas a investigação e medidas para reclusos. 50 responsáveis de fogo posto com penas criminais instituídas. Despacho n.º 5543-A/2025, de 15 de maio - Criação de cinco grupos de trabalho para a redução das ignições em espaço rural.

3.2.1 Comunicar para o risco: Portugal Chama

- **3.2.1.1 Comunicação integrada para o Risco (AGIF)** Em curso a campanha Portugal Chama, este ano com a mensagem subjacente - A MELHOR DEFESA É A PREVENÇÃO.
 - A primeira fase da Campanha centrou-se na informação relativa a autorização para realizar queimas de amontoados e queimadas e sensibilização para limpeza à volta dos edifícios em terrenos florestais ou agrícolas. Manteve-se igualmente o apelo à realização da limpeza dos terrenos até final do mês de junho. Previsto para o início do mês de julho, divulgação de novas mensagens dirigidas à prevenção de comportamentos de risco, à autoproteção e à segurança das populações, contando com o apoio também de uma vasta rede de parceiros públicos e privados para amplificar a sua disseminação.
 - Reativação das parcerias com o Portugal Chama, validação de materiais gráficos e mensagens associadas para um maior alinhamento dos objetivos anuais da Campanha e que estão disponíveis para o público em geral.
 - Elaborado um Plano para os territórios afetados pela tempestade *Kristin* com mensagens específicas e imagens adaptada
 - (ANEPC) Realizadas ações de comunicação nos canais de comunicação da ANEPC orientadas para a gestão de combustível (ABR-MAI).
 - Produzidos 15 guiões e vídeos para a criação de episódios sobre diferentes temas e que irão ser transmitidos pela RTP – Minuto Chama.
 - RAPOSA CHAMA: As iniciativas com os Municípios e Escolas do país mantiveram-se durante o mês de junho; Grande destaque para o Dia Mundial da Criança e para o encerramento do ano letivo



3.2.1 Comunicar para o risco: Portugal Chama

- **3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade (AGIF)** Revistos e produzidos folhetos (em português e inglês) distribuídos pela AGIF, ANEPC, GNR, Liga de bombeiros. Ações de sensibilização de proximidade junto das comunidades mais vulneráveis e expostas ao risco desenvolvidas pela GNR e Liga dos Bombeiros
- **3.2.1.4 Formação dos órgãos de comunicação social (OCS) para a comunicação de risco (AGIF)** CONVERSA À VOLTA DO FOGO – realizada a 6ª edição do workshop para jornalistas. Partilha do Guia de Boas Práticas dos Órgãos de Comunicação Social na Cobertura de Incêndios Rurais - PORTUGAL CHAMA. POR SI. POR TODOS. POR INFORMAÇÃO QUE FAZ A DIFERENÇA
- **3.2.1 Orientar Práticas Educativas para o Risco** | Sem reporte atualizações ou atividades desenvolvidas



4.1.1 Especializar a análise de risco

- **4.1.1.1 Cartografia de risco (ICNF)** Produzida em Junho de 2026, carta de perigosidade pré-verão relativa ao ano em curso, sobre a carta de perigosidade conjuntural de 2026, produzida e distribuída no 1º trimestre de 2026, integrando os efeitos da tempestade Kristin
- **4.1.1.2 Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão (IPMA)** O IPMA reforçou os produtos operacionais de previsão do perigo meteorológico de incêndio, com a implementação do índice HDW, a atualização do cálculo do PIR e da climatologia de referência do FWI, bem como melhorias nas plataformas de previsão e visualização meteorológica. No 2.º trimestre de 2026 foram promovidas ações de formação, incluindo uma sessão dirigida à ANEPC sobre interpretação de produtos de ensemble e a organização de uma semana internacional de formação sobre incêndios florestais e dados de satélite. As iniciativas reuniram 270 participantes. Durante o 1.º semestre de 2026 foi reforçada a rede de observação para o cálculo do índice FWI, com integração de novas redes de dados, identificação de estações para expansão do sistema e reavaliação da rede operacional, aumentando o número de estações de 120 para 123. A implementação da nova configuração ficou adiada devido às condições meteorológicas adversas. No âmbito do projeto DEODE/Destination Earth, entraram em regime pré-operacional novos índices de perigo de incêndio (ISI, FPMC, HDW e C-Haines), integrados na componente regional do gêmeo digital para eventos extremos. Na terceira fase do projeto, prevê-se a sua evolução para operação e disponibilização à escala europeia.

4.1.2 Implementar o planeamento

- **4.1.2.1 Constituição e funcionamento das comissões SGIFR (AGIF)** N.º Comissões Municipais: Norte: 86 de 86 (100%); LVT: 50 de 52 (96%) faltam (Moita e Oeiras) Alentejo: 47 de 47 (100%)
- **4.1.2.2 Programação e dimensionamento do Sistema (AGIF)** A execução do projeto de dimensionamento do SGIFR iniciou-se em 2026, com a fase de levantamento de informação, assente numa interação contínua com as entidades do SGIFR, nomeadamente ANEPC, ICNF, GNR e Forças Armadas. Numa fase subsequente, avançou-se para a caracterização da situação atual (AS-IS), ainda em consolidação. Atualmente, o projeto encontra-se na fase de redimensionamento (TO-BE), tendo já sido realizadas reuniões com entidades-chave (AGIF, ANEPC, ICNF e GNR) para se discutir o (re)desenho do SGIFR. A Diretriz operacional será emitida depois de finalizado o Estudo do Dimensionamento do SGIFR
- **4.1.2.3 Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução (AGIF):** Ao nível do planeamento regional, verifica-se uma evolução na implementação dos instrumentos previstos pelo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais. Importa agora concluir o processo de elaboração e aprovação dos Programas Municipais de Execução (66/278 aprovados), consolidando o edifício de planeamento iniciado com os Programas Regionais e Sub-regionais (11/22 aprovados). Estão em funcionamento mecanismos de monitorização dos programas em execução. De acordo com o reporte dos PRA o estado de implementação atual: NORTE – 4% | CENTRO – 15% | LVT - 9% | ALENTEJO – 10% | ALGARVE – 9%. Relatório de atividades SGIFR 2025 entregue à Assembleia da República e Governo em junho de 2025, incluindo o nível de implementação do PNA ao final de 2025 – 53%



4.1.3 Orçamentar Sistema com uma visão integrada

- **4.1.3.1 Orçamento do SGIFR com visão plurianual (AGIF):** Foi apresentada ao governo (SEO, MAGRIM) uma proposta de implementação com ações prioritárias da estratégia financeira da OCDE. Foi entregue ao governo uma proposta à LOI 2027 para financiamento dos projetos prioritários para a implementação do SGIFR. Está em curso a elaboração de um modelo de financiamento para as regiões tendo por base os projetos chave dos PRA, prevê-se a sua apresentação ao MAGRIM/SEF no início de Agosto e às CCDR posteriormente. A Plataforma de monitorização do SGIFR disponibiliza a informação relativa ao orçamento SGIFR. Anualmente é feita a análise financeira com base no histórico existente e informação proveniente das entidades que reportam para a plataforma. esta informação não está conciliada com a plataforma da DGO onde se inserem os dados relativos ao orçamento do estado (planeamento e execução).
- **4.1.3.2 Mapeamento e mobilização das fontes de financiamento (AGIF):** O mapeamento está realizado, foi apresentado ao governo em diversas circunstâncias. É necessário alocar o financiamento de acordo com o mapeamento e prioridades identificadas nos instrumentos de planeamento (PRA, PSA).

4.2.1 Reforçar as competências de governança do risco

- **4.2.1.2 Projeto SGIFR de trabalho em rede (AGIF)** O Governo criou o Comando Integrado de Prevenção e Operações (CIPO) para reforçar a coordenação e a capacidade de resposta face ao risco de incêndios rurais. Num contexto exigente, esta nova estrutura garante uma resposta integrada no terreno, envolvendo todas as entidades responsáveis pela prevenção e combate. constitui uma resposta extraordinária do Estado ao agravamento do risco de incêndio rural decorrente dos fenómenos meteorológicos extremos que afetaram significativamente as regiões Centro e Lisboa e Vale do Tejo. Foram desenvolvidas prioridades de intervenção: Rede viária florestal; Envolvente de autoestradas e ferrovia; Manchas para astas públicas; Áreas prioritárias dentro de AIGP. Desenvolvido trabalho com ForestWise e ISA para quantificação do risco. Ligação e partilha de informação do CIPO com municípios via PLIS.

4.2.2 Implementar um sistema de melhoria contínua

- **4.1.3.1 Sistema de monitorização e avaliação (AGIF)** A sequência de processos e respetivas dependências e responsabilidades foi transposta para modelo web. Sendo o Manual de Processos de gestão integrada de fogos rurais um instrumento previsto no artigo 78º do Decreto-Lei nº 82/2021 de 13 de outubro, fruto da participação da AGIF, ICNF, ANEPC, GNR, PJ, EMGFA e IPMA, contou ainda com a colaboração do ISEG para a elaboração de um documento de suporte ao que daria origem ao produto atual. O produto atual - modelo web - está acessível através do link: <https://processos.sgifr.gov.pt/>, por forma a que os membros da Comissão Nacional do SGIFR e as suas entidades se possam pronunciar e dar contributos até ao final de Setembro. Após a aprovação deste Manual de Processos, ficará também disponível no SIFOR.
- **4.2.2.1 Sistema de Lições Aprendidas (AGIF)** A análise e desenvolvimento de observações relativas às ocorrências de 2023, Odemira e Tortosendo – Covilhã, permanece suspensa devido à ausência de informação que foi solicitada a entidades que fazem parte da Subcomissão Nacional de Lições Aprendidas, por diversas vezes. Particularmente relevante é a informação da fita do tempo, do posicionamento de meios das ocorrências e dos Planos Estratégicos de Ação, em proveniência da ANEPC, sendo estes dados fundamentais para complementar e validar os relatos obtidos nas entrevistas realizadas pelo grupo de trabalho das LA (GTP) no final de 2023.



4.2.3 Definir políticas de acordo com o enquadramento supranacional

- **4.2.3.1 Proposta de gestão integrada de fogos rurais no âmbito UE (AGIF)** A AGIF participou no processo que conduziu à comunicação da Comissão Europeia relativa a "integrated wildfire risk management", que viria a ser adotada como recomendação pelo Conselho da União Europeia. Nesta perspetiva, o objetivo de fomentar uma abordagem de integração no espaço da União Europeia está, em matéria de política, alcançado. A incorporação de propostas na gestão europeia do risco de incêndio rural pendia desenvolvimentos no quadro europeu nesta matéria, externos ao perímetro AGIF. Como tal, a subscrição de vários países signatários do "Call to Action on Integrated Fire Management and Wildfire Resilience" traduz-se num compromisso global que reconhece a Gestão Integrada do Fogo (Integrated Fire Management – IFM) como uma prioridade essencial para a adaptação climática, a proteção dos ecossistemas e a segurança das comunidades, promovendo uma transição das abordagens centradas na supressão dos incêndios para modelos preventivos, inclusivos e sustentáveis. Este compromisso de ação coletiva, resultante da COP30, representa um ganho importante para o mundo, mas também para a Europa dos 27, que vê consagrado à escala global o caminho que assumiu quando subscreveu, em junho de 2025, no Canadá, juntamente com os países do G7, a Kananaskis Wildfire Charter. Ao subscrever os três compromissos internacionais referidos, Portugal assume que a prevenção e os dispositivos de combate devem estar mais integrados, que os processos de formação devem ser mais articulados e certificados, que as operações devem cumprir procedimentos e padrões de qualidade e que os sistemas de comando e controlo evoluem para a interoperabilidade entre entidades e países.
- **4.2.3.3 Práticas internacionais no sistema português (AGIF)** A transposição de práticas internacionais para o quadro nacional requer não apenas da identificação dessas práticas, mas sobretudo do entendimento de que as mesmas se aplicam e mostram necessárias no território nacional, sob manifesto interesse das partes interessadas onde tais práticas se aplicam. Para esse efeito, o processo de lições aprendidas do SGIFR é matéria conexa a esta iniciativa, porque dele resulta, primariamente, a identificação de que algo é necessário, podendo a medida corretiva adaptar-se de prática internacional, ou transpor-se diretamente quando aplicável. Sem que tal ocorra, a proposta legislativa pela Agência não fica inibida, quando tal seja a solução, mas recolherá menor suporte, mostrando-se desinteressante promover uma alteração normativa que não mereça o reconhecimento de a quem caiba executar esse normativo.

4.2.4 Desenvolver Sistemas de informação e comunicação integrados

- **4.2.4.2 Sistema de informação integrado para planeamento, gestão operacional, monitorização e controlo (AGIF)** (PLIS) Falta apenas uma formação da plataforma às CIM que não tiveram disponibilidade nas sessões já realizadas e a formação às CCDR. Durante o 1º T, o foco esteve maioritariamente centrado na recuperação e estabilização dos ambientes aplicacionais e de infraestrutura, após um período de cerca de um ano sem suporte evolutivo e corretivo. As prioridades centraram-se no visualizador, nas integrações com o IPMA e nos componentes de infraestrutura, incidindo sobre os temas com maior impacto operacional e risco para a continuidade do serviço. No 2.º trimestre foi iniciada a monitorização regular da infraestrutura.
(P. Monitorização) A Plataforma de Monitorização é atualizada e melhorada de acordo com as necessidades de reporte e das entidades que nela reportam. Em 2024 passou a incorporar a informação relativa aos PRA, em 2026 é expectável que incorpore os PSA para reporte. Para além disso, no âmbito da revisão do PNA, a plataforma será atualizada de acordo com as alterações que serão aprovadas e possivelmente terá também alguns upgrades nas suas funcionalidades. A plataforma de monitorização insere-se no ambiente do SiFOR, no qual estão várias plataformas que dão resposta às exigências de interoperabilidade do sistema e que tem um contrato de manutenção dessas plataformas. Estão criadas as ferramentas de análise de dados, através do PowerBI, onde são criados dashboards para divulgação pública de resultados. As funcionalidades de análise e de divulgação têm sido e vão sendo melhoradas para garantir transparência na apresentação dos resultados do SGIFR.



- **4.2.4.5 Revisão da solução tecnológica e do modelo contratual do SIRESP (MAI)** Apresentado relatório em maio de 2026, o qual prevê o Reforço da Resiliência da Rede SIRESP e respetivo plano de investimentos. O plano aponta como opção a adotar um “modelo híbrido”, que permite ao Estado manter o controlo sobre os elementos críticos da rede, aproveitando simultaneamente a infraestrutura já existente no território, com uma solução mais equilibrada em termos de custo, tempo de implementação e eficácia. O objetivo é atuar de imediato sobre as vulnerabilidades identificadas, nomeadamente, ao nível da energia, da transmissão e da capacidade de resposta no terreno. No âmbito deste relatório, foi também perspetivada, pela Equipa de Trabalho, a evolução do sistema a médio e longo prazo, tendo como horizonte a próxima década.

4.3.1 Implementação de melhorias organizacionais | Sem reporte de atualizações ou atividades desenvolvidas

4.3.2 Gestão eficiente das ocorrências | Sem reporte de atualizações ou atividades desenvolvidas (**4.3.2.2 Gestão dos meios aéreos (FAP)** **4.3.2.3 Gestão da supressão (ANEPC)**)

4.3.2.4 Definição de critérios para classificação como fogo de gestão (ICNF) Produzida análise técnica em maio, sobre proposta apresentada pelo Forest Wise/ AGIF.

4.4.1 Aumentar a qualificação dos agentes SGIFR

- **4.4.1 Implementar o programa nacional de qualificação dos Agentes SGIFR (AGIF)** A publicação do Plano Nacional de Qualificação do SGIFR constitui um marco relevante na capacitação dos agentes do sistema. Acreditadas 20 Micro-credenciais provenientes de 7 Instituições de Ensino Superior. Conclusão da primeira edição do projeto B-READY4FUTURE e início da segunda edição com data prevista entre setembro e dezembro de 2026. 1 554 formandos inscritos dos quais 1364 concluíram micro-credenciais de nível superior.
- **4.4.1.5 Projeto IGNACIA – Promoção da Igualdade de Género no Âmbito do SGIFR (AGIF)** Relatório Final Entregue a 24 de fevereiro de 2026

4.4.2 Programa de intercâmbio de peritos internacionais | Sem reporte atualizações ou atividades desenvolvidas

4.4.3 Gestão do conhecimento

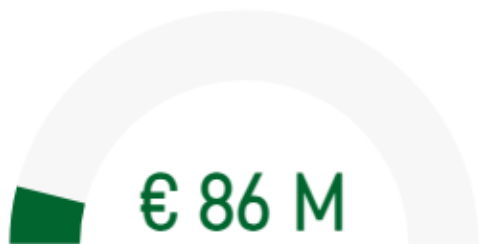
- **4.4.3.2 Criar uma rede nacional e integrada de testbeds no SGIFR para estimular a adoção e testar a implementação de boas práticas (FORESTWISE)**

Os Living Labs do projeto FIRE RES foram alvo de iniciativas diversas, sejam relacionadas com a interação com diversas entidades SGIFR e que pertencem à comunidade de parceiros do projeto, seja para testar produtos e metodologias resultantes das tarefas previstas no projeto. Este projeto terminou em novembro de 2025. Procuram-se soluções que permitam manter a dinâmica destes living labs e não perder o contributo dos mesmos para teste de novas soluções. No âmbito do projeto RESIST têm sido igualmente desenvolvidas iniciativas com o objetivo de promover a gestão e valorização de biomassa, na sequência dos processos relacionados com gestão de combustíveis. Aparte dos projetos é necessário encontrar orçamento que permita desenvolver esta iniciativa.

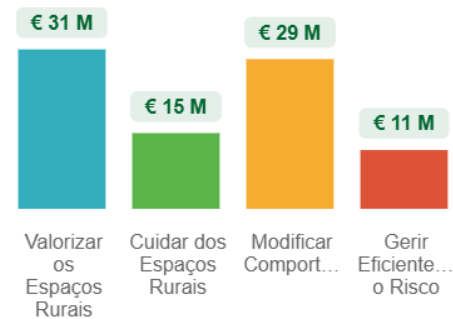
Terminados os projetos financiados, esta iniciativa ficou agora desfalcada. Torna-se necessário articular com a AGIF uma forma de organizar um grupo de trabalho do SGIFR que permita estruturar esta iniciativa de uma forma mais sistematizada. Foram iniciados contactos com a AGIF, no sentido de montar uma estrutura sistematizada na construção de um rumo orientador que permita perceber quais as áreas temáticas mais importantes e prioritárias no âmbito do SGIFR. No passado recente, diversos projetos em curso foram permitindo acompanhar de forma pouco sistematizada este processo. A própria Agenda de IDI do ForestWISE tem sido usada como fio condutor neste processo. Todavia, torna-se necessário desenvolver um *roadmap* mais robusto e que vá ao encontro das necessidades do sistema. Roadmaps previstos até 2030: Gestão pós-fogo; Gestão do risco; Comunicação do risco

- Foi identificada um total de despesa executada de 86M€, no entanto a falta de reporte de entidades fundamentais, e projetos fundamentais SGIFR inviabiliza análises, não sendo representativas da realidade à data.

Orçamento total executado 2026



Orçamento executado por OE 2026



Orçamento executado por Fonte de Financiamento



SFF – sem reporte de fonte de financiamento associada

Orçamento reportado por entidade 2026

Entidade	Orçamento Executado (€)
GNR	€ 48 828 098
AG PEPAC	€ 30 931 936
IP	€ 5 320 000
AGIF	€ 1 018 298



- Sem reporte 2026 de entidades fundamentais
- Sem reporte 2026 em projetos fundamentais
- Despesa executada sem reporte de fonte de financiamento associada



AGIF

AGÊNCIA PARA A
GESTÃO INTEGRADA
DE FOGOS RURAIS